



Joaçaba, 25 de setembro de 2024.

Memorando n. 009/2024/SCR

À Secretaria de Infraestrutura e Agricultura

Assunto: Abertura de Procedimento Licitatório.

Tendo em vista a aprovação dos projetos de engenharia pela mandatária da União, Caixa – GIGOV (Superintendência Regional do Oeste de Santa Catarina), solicitamos que a Secretaria de Infraestrutura e Agricultura realize a abertura do Processo de Licitação para a Pavimentação da rua Celso Brás de Carli – Trecho I e Trecho II, nos seguintes termos:

1 OBJETO/ DESTINAÇÃO

Lote 1: Pavimentação da Rua Celso Brás de Carli - Trecho I, no valor aprovado de R\$ 503.266,39 (quinhentos e três mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos), para atendimento ao Contrato de repasse OGU n. 954640/2023, Programa 2219 - Ação 00T1 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2, celebrado entre o Município de Joaçaba e a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal;

Lote 2: Pavimentação da Rua Celso Brás de Carli - Trecho II, no valor aprovado de R\$ 549.683,71 (quinhentos e quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos), para atendimento ao Contrato de repasse OGU n. 953513/2023, Programa 2219 - Ação 00T1 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2, celebrado entre o Município de Joaçaba e a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal;

2 REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de empreitada deve ser global tendo em vista que trata-se de Regime Simplificado previsto na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

3 EXIGÊNCIA DE PREVISÃO EM EDITAL/MINUTA DO CONTRATO

A realização do objeto pleiteado será possível tendo em vista a aprovação do projeto de engenharia pela mandatária da União, Caixa – GIGOV (Superintendência Regional do Oeste de Santa Catarina).

Assim, solicitamos que conste no edital/minuta do contrato as seguintes cláusulas, além das habitualmente constantes:

a) SOMENTE PODERÃO SER ACEITAS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS QUE CONTENHAM ATÉ DUAS CASAS APÓS A VÍRGULA, TENDO EM VISTA QUE AO LANÇAR AS INFORMAÇÕES DOS VALORES HOMOLOGADOS NA PLATAFORMA TRANSFEREGOV NÃO É PERMITIDO A REALIZAÇÃO DE ARREDONDAMENTOS. Deixar bem claro no edital. Todas as vezes temos problemas em relação ao arredondamento;

b) A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado, conforme art, 5º, XI, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28;

c) A autorização para início do objeto ocorrerá após o crédito do recurso de repasse da Primeira Parcela ou Parcela Única na conta vinculada ao Contrato de Repasse, conforme diretrizes da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28;

d) Os instrumentos do regime simplificado deverão conter, no mínimo, cláusulas específicas que estabeleçam: 1) o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho, que integrará o instrumento celebrado independentemente de transcrição; 2) a obrigação do conveniente em manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;

e) Os recursos serão mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação no mercado financeiro e liberados após verificação da regular execução do objeto pela mandatária;

f) O desbloqueio dos valores na conta vinculada será realizado após o ateste do boletim de medição pelo Fiscal do Conveniente junto ao sistema Transferegov.br. O pagamento da medição final fica condicionado à vistoria in loco a ser realizada pela Mandatária da União/CAIXA, ficando também condicionada à apresentação do Termo de recebimento provisório da intervenção;

g) Fica condicionada a realização do Cadastro Nacional de Obras (CNO). Após a realização do último pagamento ao Fornecedor é condicionante a apresentação da Certidão Negativa da CNO, atestando o cumprimento das obrigações perante a Receita Federal, que deverá ser feito em até 20 (vinte) dias após confirmação do pagamento;

h) As notas fiscais deverão constar as seguintes informações: Programa 5600020230010 2219 - Ação 00T1 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2. Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal. Convênio/Contrato de Repasse 953513/2023 e/ou 954640/2023. Número do Contrato. Número do Processo Licitatório. Dados da CNO;



i) O acompanhamento, fiscalização e aferição da evolução das obras será realizado por Eventos, ficando vedado o reconhecimento para liberação do pagamento caso não tenham sido concluídos 100% (cem por cento), estando de responsabilidade do Engenheiro Fiscal verificar as disposições contratuais e legais no que diz respeito as obras e serviços de engenharia contratados com a União;

j) A Produção da placa indicativa da obra deverá ser realizada conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal", conforme modelo disponibilizado;

k) Os serviços adicionais ao pactuado no Contrato de Prestação de Serviços, que não compõem os serviços ordinários, deverão ser custeados pelo causador da demanda;

l) Deve a empresa contratada estar ciente que a realização da obra deve atender os demais requisitos constantes na Portaria nº 28, de 21 de maio de 2024 e Portaria Conjunta nº 33, de 30 de agosto de 2023 (no que não contrariar as regras específicas da Portaria nº 28/2024), e suas alterações, em decorrência de Convênio firmado com a União, bem como as normas do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

m) Demais cláusulas usuais para Obras e Serviços de engenharia que o Município julgar pertinente.

4 FONTE DE RECURSOS

Lote 1 - Convênio 954640/2023 Trecho I: R\$ 481.104,00 de recursos da União e R\$ 22.162,39 de recursos próprios, totalizando R\$ 503.266,39 (quinhentos e três mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos);

Lote 2 - Convênio 953513/2023 Trecho II: R\$ 481.104,00 de recursos da União e R\$ 68.579,71 de recursos próprios, totalizando R\$ 549.683,71 (quinhentos e quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos).

Salientamos, ainda, que o município deverá iniciar a licitação em até 60 dias contados a partir de 02 de setembro de 2024, data em que operação do convênio foi considerada tecnicamente viável.

5 PUBLICAÇÕES

O Edital deverá ser publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de SC e Diário Oficial dos Municípios.

Os demais atos da licitação somente no Diário Oficial dos Municípios.

Atenciosamente,



Luana Ratti Cadore
Setor de Captação de Recursos

Ligia Adriane Darold da Silva
Setor de Captação de Recursos

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

P6V**RN4****KPX****YMZ**